

ANEXO I –

DECLARAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Eu, \_\_\_\_\_ (candidato/aa)  
\_\_\_\_\_, inscrito (a) no RG sob  
o nº \_\_\_\_\_, expedido pelo (a)  
\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, residente e  
domiciliado (a) na

\_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_. DECLARO, nos termos da  
Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983\* junto à instituição de ensino  
\_\_\_\_\_, Câmpus \_\_\_\_\_,  
que o grupo familiar e/ou condição que originou o benefício para 2019 não sofreu  
qualquer alteração, atendendo assim aos critérios de renda per capita estabelecidos na  
Lei nº 12.101\*\*, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de  
23 de maio de 2014, limitando-se a:

( ) Até 1 ½ (um salário mínimo e meio) por pessoa

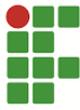
DECLARO estar ciente que serão concedidas somente os auxílios que recebi no ano de  
2019 e que esta concessão está atrelada a disponibilidade orçamentária.

Neste mesmo ato, comprometo-me a comunicar à instituição de ensino acima  
mencionada, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração, e  
apresentar a respectiva documentação comprobatória.

Nos termos da Lei nº 7.115/83\*, que dispõe sobre a prova documental, DECLARO  
verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo do  
edital XX/XXXX que trata da **Chamada para cadastramento de estudantes beneficiários  
dos Programas de Assistência Estudantil**, seja na inscrição e nesta declaração, bem como  
estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização  
legal prevista no art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009\*\* e Decreto nº 8.242/2014, sem  
prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o art.  
299 do Código Penal\*\*\*, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício  
ofertado em razão Programa de Auxílio Financeiro Estudantil destinado a estudante em  
situação de vulnerabilidade social, ao candidato(a):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(Cidade-UF, dia, mês e ano)



---

(Assinatura do Candidato/Responsável Legal)

(\*)LEI 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 Art. 1º. A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira. Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal. Art. 2º. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável. Art. 3º. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

(\*\*) LEI 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009 Art. 15. Para fins da certificação a que se refere esta Lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e, cumulativamente, por outros critérios definidos pelo Ministério da Educação. § 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas. § 3º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis.

(\*\*\*) ART. 299, CÓDIGO PENAL BRASILEIRO Art. 299. Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena. Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular. Parágrafo Único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.



## ANEXO II

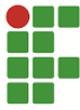
### RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL

1. Os documentos a serem apresentados se referem à situação empregatícia e despesas da família do (a) candidato (a) e deverão ser referentes ao mês de novembro de 2020, dezembro de 2020 ou janeiro de 2021.

<b>Identificação do (a) estudante e do núcleo familiar e declaração de despesas (Obrigatório)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- CPF e RG do (a) estudante (a) e dos membros da família;</li><li>- Caso tenha na família menores de 18 anos, apresentar Certidão de Nascimento;</li><li>- Cópia dos comprovantes de despesas de Água, Energia, Internet e Telefone.</li></ul>
<b>Quando Trabalhador (a) assalariado (a), com contrato regido pela CLT</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Contracheque;</li><li>- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF, quando houver;</li><li>- Em caso de não haver contracheque, apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS registrada e atualizada.</li></ul>
<b>Quando Trabalhador (a) Autônomo (a), Prestador (a) de Serviços ou Profissional Liberal</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Declaração de Renda (Anexo II – A);</li><li>- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF, quando houver.</li></ul>
<b>Quando Trabalhador (a) for Servidor (a) Público</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Contracheque;</li><li>- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF, quando houver.</li></ul>



<b>Quando Desempregado (a) ou do lar</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS atualizada, página da foto frente e verso, página onde está registrado o desligamento (último contrato de trabalho) e a página em branco subsequente;</li><li>- Declaração de ausência de rendimentos (Anexo II – B);</li><li>- Quando receber ajuda financeira de terceiros, preencher declaração disponibilizada no Anexo II – C.</li></ul>
<b>Quando Aposentados (as) e Pensionistas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Extrato mais recente do pagamento de benefício;</li><li>- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física - IRPF, quando houver.</li></ul>
<b>Quando receber rendimentos de aluguel</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Declaração de rendimento de aluguel (Anexo II – D).</li></ul>
<b>Quando o imóvel que reside é alugado</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Cópia do Contrato de Locação;</li><li>- Quando não houver contrato, apresentar Declaração de Aluguel sem contrato (Anexo II – E).</li></ul>
<b>Quando o imóvel que reside é cedido</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Declaração de imóvel cedido (Anexo II – F).</li></ul>
<b>Quando receber pensão alimentícia</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Declaração de Recebimento de Pensão Alimentícia (Anexo II – G).</li></ul>
<b>Quando se paga pensão alimentícia</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Declaração de Pagamento de Pensão Alimentícia (Anexo II – H).</li></ul>
<b>Quando não há declaração de Imposto de Renda</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Declaração de Isenção Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física (Anexo II – I).</li></ul>



## ANEXO II

### A - DECLARAÇÃO DE RENDA DE AUTÔNOMO, PRESTADOR DE SERVIÇOS OU PROFISSIONAL LIBERAL

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_,  
residente na \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, declaro que a renda média dos últimos seis meses, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ mensais, refere-se aos ganhos obtidos com meu trabalho em atividades de \_\_\_\_\_. Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Declarante

**Letra Legível**



## ANEXO II

### B - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDIMENTOS

Eu, \_\_\_\_\_, portador  
do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, residente na

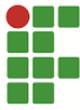
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, declaro que NÃO

RECEBO NENHUM RENDIMENTO. Declaro ainda estar ciente de que as informações que  
estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa,  
estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo  
único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do  
Código Penal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Declarante

**Letra Legível**



## ANEXO II

### C - DECLARAÇÃO DE AJUDA FINANCEIRA DE TERCEIROS

Eu, \_\_\_\_\_, portador  
do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, residente na

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, declaro que

AJUDO FINANCEIRAMENTE \_\_\_\_\_, (nome do

membro do grupo familiar que recebe ajuda) com o valor mensal de aproximadamente

R\$ \_\_\_\_\_. Declaro ainda estar ciente de que as

informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso

de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o

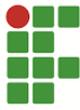
disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e

Artigos 171 e 299 do Código Penal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Declarante

**Letra Legível**



## ANEXO II

### D - DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS DE ALUGUEL

Eu, \_\_\_\_\_, portador  
do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, residente na

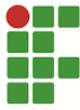
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, declaro que  
POSSUO RENDIMENTOS DE ALUGUEL no valor de R\$ \_\_\_\_\_, referente ao  
imóvel situado na \_\_\_\_\_.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha  
inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções  
previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto  
nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Declarante

**Letra Legível**



## ANEXO II

### E - DECLARAÇÃO DE ALUGUEL SEM CONTRATO

Eu, \_\_\_\_\_, portador  
do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, residente na

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, declaro que  
ALUGO ATUALMENTE O IMÓVEL sito à

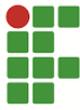
\_\_\_\_\_ para o  
(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador do  
CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_ /  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ até os dias atuais, pelo valor mensal de R\$\_\_\_\_\_.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha  
inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções  
previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto  
nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Declarante

**Letra Legível**



## ANEXO II

### F - DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu, \_\_\_\_\_, portador  
do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, residente na

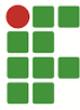
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, declaro que CEDO  
ATUALMENTE o imóvel sito à \_\_\_\_\_

para o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador do  
CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, desde  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ até os dias atuais. Declaro ainda estar ciente de que as informações  
que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração  
falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no  
parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171  
e 299 do Código Penal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Declarante

**Letra Legível**



## ANEXO II

### G - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, \_\_\_\_\_, portador  
do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, residente na

\_\_\_\_\_, declaro que

RECEBO PENSÃO ALIMENTÍCIA no valor de R\$ \_\_\_\_\_

( \_\_\_\_\_ ) mensais, pago pelo(a) Sr(a)

\_\_\_\_\_,  
referente aos dependentes:

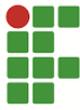
\_\_\_\_\_. Declaro

ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira  
responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas  
em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº  
83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Declarante

**Letra Legível**



## ANEXO II

### H - DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, \_\_\_\_\_, portador  
do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, residente

\_\_\_\_\_,  
declaro que PAGO PENSÃO ALIMENTÍCIA no valor de R\$ \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ) mensais, pago à Sr(a)

\_\_\_\_\_,  
referente aos dependentes \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Declarante

**Letra Legível**



## ANEXO II

### I - DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA

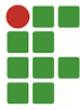
Eu, \_\_\_\_\_, portador  
do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, residente na

\_\_\_\_\_, declaro que SOU  
ISENTO DE DECLARAÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA, conforme  
regulamento da Receita Federal do Brasil. Pois no ano anterior não obtive rendimento  
provindos de trabalho assalariado, proventos de aposentadorias, pensões, aluguéis ou  
atividades rurais suficientes para declarar IRPF neste ano, e não me enquadro nos demais  
casos que obrigam a entrega da Declaração Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física.  
Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha  
inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções  
previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto  
nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Declarante

**Letra Legível**



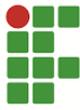
### ANEXO III

#### **DECLARAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO PELO PROGRAMA ALUNOS CONECTADOS (RECEBIMENTO DE CHIP COM PLANO DE INTERNET EM SUBSTITUIÇÃO AO AUXÍLIO FINANCEIRO PERMANÊNCIA CONECTIVIDADE)**

Eu, \_\_\_\_\_ participante do **PROGRAMA PERMANÊNCIA – CONECTIVIDADE**, inscrito(a) no RG sob o nº \_\_\_\_\_, expedido pelo (a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) na \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_, DECLARO, nos termos da Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983\* junto à instituição de ensino IFG/Câmpus Itumbiara, que a disponibilização de chip com plano de internet móvel, em substituição ao recebimento do auxílio financeiro do programa Permanência Conectividade, não atende a necessidade de acesso à internet para acompanhar atividades escolares durante período de ensino emergencial remoto, pois (assinale uma ou mais alternativas):

- ( ) Região que resido e acesso as atividades escolares não conta com cobertura 4G;
- ( ) Máquina que utilizo para realizar atividades escolares não conta com entrada para chip com plano de internet móvel nem com recurso que permita receber sinal de internet via rede sem fio (*Wi-Fi*) transmitida (“roteada”) a partir meu telefone celular (*smartphone*);
- ( ) Contratei plano de internet residencial no dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ com o pagamento de auxílio Permanência Conectividade e contrato de serviço exige fidelidade de \_\_\_\_\_ meses, ao quebrar o contrato na presente data devo arcar com multa no valor de R\$ \_\_\_\_\_. (Documentos comprobatórios podem ser exigidos);
- ( ) Outro motivo: \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

Neste mesmo ato, comprometo-me a comunicar à instituição de ensino acima mencionada, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração e apresentar a respectiva documentação comprobatória, se assim solicitada.



Nos termos da Lei nº 7.115/83\*, que dispõe sobre a prova documental, DECLARO verdadeiras todas as informações prestadas, bem como estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista no art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009\*\* e Decreto nº 8.242/2014, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o art. 299 do Código Penal\*\*\*, além de acarretar o imediato cancelamento do auxílio ofertado em razão do Programa de Auxílio Financeiro Estudantil destinado a estudante em situação de vulnerabilidade social.

Itumbiara-GO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

(Assinatura do Candidato/Responsável Legal)

(\*) LEI 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983, Art. 1º. A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira. Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal. Art. 2º. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável. Art. 3º. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

(\*\*) LEI 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009, Art. 15. Para fins da certificação a que se refere esta Lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e, cumulativamente, por outros critérios definidos pelo Ministério da Educação. § 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas. § 3º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis.

(\*\*\*) CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, Art. 299. Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena. Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular. Parágrafo Único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.



